**PARECER JURÍDICO - 589/2025****Assunto:** Resposta ao Memorando nº 800/2025 - LIC/SEFAZ**RECEBIDO**
em 18/09/25
Nelye
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CATAGUASES**I. RELATÓRIO**

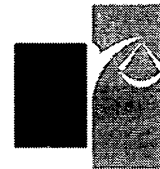
Trata-se de pedido de parecer jurídico formulado pelo Setor de Licitação/SEFAZ, através do **Memorando nº 800/2025**, referente a solicitação de um parecer para o pedido de abertura de Processo Licitatório, em cumprimento ao artigo 53 da Lei 14.133/2021, em relação ao **Processo Licitatório nº 080/2025**, na modalidade **CONCORRÊNCIA na forma PRESENCIAL nº 009/2025**, Tipo **Maior oferta por item**, com objeto de permissão remunerada de uso, a título oneroso, dos espaços públicos, para exploração de atividade econômica de comercialização de gênero alimentício no município de Cataguases-MG nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Lei Municipal nº 4.946 de 2023, Decreto Municipal nº 5.805 de 2023, Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados) e Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste presente Edital.

O Edital para o Processo Licitatório nº 080/2025, em seu desfavor, foi apresentado uma solicitação via *e-mail*, para **ESCLARECIMENTO DO EDITAL**, em nome da Sra. Katiana Ferreira.

Também foi encaminhado o MEMORANDO/SMF nº 043/2025 de 02/09/2025, assinado pelo Coordenador Geral da Fiscalização, Cadastro e Dívida Ativa, Sr. Felipe Dutra Ladeira, em relação ao **MANDADO DE SEGURANÇA / Autos nº 5004249-21.2025.8.13.0153**, impetrado pelo Sr. Wellington Cavaleiro Vieira e Sra. Jaqueline Albano Dia.

As questões apontadas são diferentes e foram devidamente analisadas, sendo-as trazidas à baila, mantendo assim, a nitidez e segurança trilhada por este ente, quanto aos Princípios da Legalidade, Transparência e Publicidade dos atos da Administração Pública.

É a síntese do necessário. Passo a opinar.



II. DA APRECIÇÃO JURÍDICA

2.1. DO ESCLARECIMENTO DO EDITAL

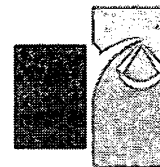
Conforme análise da solicitação feita pela Srª KATIANA FERREIRA, acerca da possibilidade jurídica de reserva de vagas exclusivas para pessoas com deficiência (PCD), foi acostado Parecer Jurídico PGM-502/2025 de 13/08/2025, assinado e ratificado pelo Procurador Geral do Município Dr. Alcino Rodrigues Carvalho, após peça acostada pelo escritório Myssior e Valadares, que na qual, compactuam com o entendimento desta Procuradora que exara estas linhas.

A questão acerca da possibilidade jurídica de reserva de vagas exclusivas para PCD - Pessoa com Deficiência, tem escopo Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei nº 13.146/2015, dispõe sobre medidas e garantias voltadas a promoção da igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência, no que se refere a inclusão no mercado de trabalho, prevendo a implementação, pelo poder público, de serviços e programas completos de habilitação e reabilitação profissional, possibilitando que a pessoa com deficiência ingresse, permaneça ou retorne ao mercado de trabalho, respeitando sua livre escolha, vocação e interesse, conforme disposto no art. 36.

Válido dizer que o Estatuto da PCD - Lei nº 13.146/2015 assegura que a inclusão da pessoa com deficiência no trabalho deve ocorrer em igualdade de oportunidades com os demais profissionais, observando-se as regras de acessibilidade, o fornecimento de recursos de tecnologia assistida e a adaptação razoável do ambiente laboral.

No que tange as licitações, o Estatuto da Pessoa com Deficiência promoveu importantes alterações na Lei nº 8.666/93, posteriormente revogada pela Lei nº 14.133/21, conferindo maior atenção a inclusão de PCDs nas contratações realizadas pela Administração Pública. Ainda na vigência da lei anterior, o art. 104 do Estatuto incluiu regras que conferiam preferência de contratação de bens e serviços de empresas que comprovassem o cumprimento da reserva legal de cargos para pessoas com deficiência, impondo, ainda, a obrigação de manutenção dessas condições durante toda a vigência dos contratos.

A Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), incorporando algumas alterações anteriores, teve um significativo avanço ao substituir a ideia de margem de preferência, pela obrigatoriedade de cumprimento das cotas por todas as empresas licitantes, eliminando a mera concessão de preferência, impondo a obrigação de comprovar o cumprimento das reservas legais de cargos para pessoas com deficiência, sob pena de inabilitação, conforme disposto nos artigos 63, 92, 116 e 137, da Lei 14.133/2021.



O Processo Licitatório 080/2025, tem como objeto, a **PERMISSÃO REMUNERADA DE USO**, a título oneroso, dos espaços públicos, para exploração de atividade econômica de comercialização de gênero alimentício no município, **NÃO** se tratando de contratação para o quadro funcional do Município.

As exigências incidem sobre o cumprimento das cotas no quadro funcional das empresas e não implicam, por si só, **reserva de espaços ou oportunidades exclusivas em licitações para pessoas com deficiência**, inclusive em procedimentos que permitem a participação de pessoas físicas, como é o **caso de concessão ou permissão de uso de bens públicos para exploração econômica, objeto da Concorrência nº 009/2025 sob análise**. (grifo nosso)

Prossigo.

2.2. DO MANDADO DE SEGURANÇA

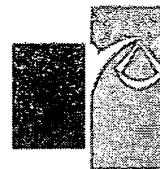
O Mandado de Segurança impetrado por WELLINGTON CAVALARE VIEIRA e JAQUELINE ALBANO DIAS, veio pleitear a suspensão da Concorrência Pública nº 009/2025, alegando que as cláusulas editalícias violam princípios constitucionais, especialmente os da livre concorrência, isonomia e razoabilidade, ao estabelecerem restrições à participação de parentes, imposições de valores mínimos de outorga sem estudos prévios, ausência de critérios sociais e de tratamento isonômico entre os pontos licitados, além de reeditarem cláusulas consideradas nulas em processos anteriores, ora superadas.

Fundamentaram e por fim, requereram liminarmente, a imediata suspensão do Processo Licitatório nº 080/2025 - Concorrência Pública nº 009/2025, cuja sessão pública estava prevista para a data 14/07/2025.

Seguindo o rito processual, foi determinada a Notificação da autoridade apontada como Coatora, bem como foi dada ciência do feito à pessoa jurídica interessada.

Posteriormente, o Município de Cataguases apresentou manifestação pleiteando a denegação da segurança, donde arguiu que o mérito da matéria versada nos autos compete ao controle administrativo do ente público, não sendo passível de controle do Poder Judiciário. Enfatizou, em suma, a inexistência de elementos técnicos capazes de determinar o valor de outorga de forma precisa, concluindo que o mandado de segurança impetrado carece dos requisitos





essenciais de provas pré-constituídas, o que representaria óbice intransponível à concessão da referida segurança pleiteada.

Com vistas ao *Parquet*, feita análise dos autos, verificou-se que o feito observou o rito legal, respeitando os postulados do devido processo legal, razão estas, o Promotor de Justiça responsável, constatou-se a inexistência de vícios ou máculas que possam inquinar o presente processo.

No decorrer da análise do Ministério Público desta Comarca, apurou e concluiu que pretensão dos impetrantes merece acolhimento apenas quanto ao pedido de anulação do item 3.3 do Edital da Concorrência Pública nº 009/2025.

Quanto ao item 3.3 do edital licitatório, o MPMG verificou a razão que assiste aos impetrantes, porquanto a vedação à participação de ***“parentes em linha reta dos sócios e os parentes em linha reta por afinidade dos sócios”***, constituindo assim, restrição injustificável e limitação abusiva à competitividade do certame.

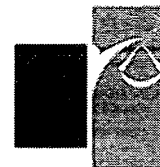
Para a questão apresentada no parágrafo anterior, pertinente salientar que o rol de vedações à participação em licitações, previsto no art.14, da Lei 14.133/2021, é taxativo e não comporta interpretação extensiva. Assim, a norma não contempla impedimento genérico a familiares, limitando-se a hipóteses específicas relacionadas a conflitos de interesse diretos com a Administração Pública.

Nesta forma, após análise do Ministério Público desta Comarca, conforme manifestação do Ilmo.Procurador de Justiça Dr. Rodrigo Ferreira de Barros, **manifestou-se pela concessão parcial da segurança, no sentido de declarar a nulidade da cláusula 3.3 do Edital da Concorrência Pública nº 009/2025**, manifestando-se válidos os demais dispositivos do certame, o Decreto Municipal nº 6.106/2025 e os atos administrativos relacionados, por estarem todos em conformidade com a legislação vigente e os princípios que orientam a Administração Pública.

Prosseguimos.

2.3. DO PODER-DEVER DE AUTOTUTELA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A autotutela é um princípio que confere à Administração Pública o poder-dever de controlar e rever seus próprios atos, podendo anulá-los se forem ilegais (vícios de legalidade) ou revogá-los se forem inoportunos ou inconvenientes, mesmo que legais.



Tal prerrogativa decorre diretamente dos princípios da legalidade (art. 37, caput, CF/88), da moralidade, da indisponibilidade do interesse público e da vinculação ao edital, sendo reforçada pelo disposto no art. 53 da Lei nº 9.784/1999, de aplicação subsidiária aos entes municipais, a qual dispõe:

Art. 37, CF/88: *A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).*

Art. 53, Lei nº 9.784/99: *A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.*

Assim, como também se encontra sedimentado pelas Súmulas nº 346 e 473 do Supremo Tribunal Federal:

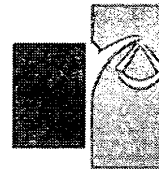
Súmula nº 346/STF: *A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.*

Súmula nº 473/STF: *A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.*

2.4 - DA RETIFICAÇÃO DO EDITAL

No caso em tela, restou verificado que os apontamentos trazidos para a análise desta Procuradoria do Município através do MEMORANDO/LIC/SEFAZ nº 800/2025, esta Procuradora acompanha e ratifica em sua totalidade a decisão do MANDADO DE SEGURANÇA impetrado, cuja determinação é declarar a nulidade da cláusula 3.3 do Edital, **sendo este RETIFICADO, tendo a exclusão de tal cláusula controversa.**

Ao que se refere no Edital publicado anteriormente, o mesmo **será** RETIFICADO e republicado, reforçando a observância ao princípio da vinculação ao edital (art. 5º da Lei 14.133/2021). Os questionamentos levantados pela foram recepcionados e destes, em consonância com avaliação competente, com a determinação do Ministério Público da Comarca de Cataguases acatados pela Administração Pública Municipal, mantendo a devida transparência frente ao certame.



Importa salientar que qualquer modificação feita em Edital deve ser divulgada da mesma forma como se deu o texto original ou corre o risco de ofender os princípios informativos da licitação, como da igualdade, publicidade e vinculação ao instrumento convocatório.

2.5 - DA ANÁLISE JURÍDICA ANTERIOR

Noutro giro, o Parecer Jurídico/PGM nº 305/2025 permanece válido, tendo a presente manifestação jurídica o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, §1º, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021.

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

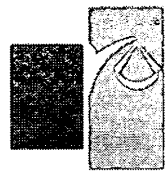
II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.

Por conseguinte, com a RETIFICAÇÃO do EDITAL do Processo Licitatório nº 080/2025 / CONCORRÊNCIA nº 009/2025, o prazo será reaberto após (re)publicação.

Aplicar-se-á ao presente procedimento os Princípios legalidade, impessoalidade, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, publicidade, eficiência, oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, sempre objetivando o melhor resultado possível para a Administração Pública de Cataguases. (grifo nosso)

III - DO PARECER

Considerando toda documentação analisada, trazida a esta Procuradoria, considerando a legalidade quanto ao **Esclarecimento do Edital**, com relação às pessoas com deficiência (PCDs), conclui-se pela impossibilidade de imposição editalícia de reserva de vagas específicas ou exclusivas de pessoas com deficiência em processos licitatórios, considerando ausência de previsão legal nesse



sentido. Pois a matéria que rege sobre licitação e contratos (Lei nº 14.133/2021), faz ressalva sobre a contratação para funcionários por parte de empresas licitantes e o Edital do Processo Licitatório nº 080/2025 se refere à PERMISSÃO DE USO do espaço público a título oneroso.

Considerando o Mandado de Segurança impetrado e a decisão acordada e acatada por determinação do Ministério Público da Comarca de Cataguases, ficando identificada irregularidade específica na cláusula 3.3 do Edital, neste sentido, após declarar a nulidade do item apontado, o **Edital foi retificado, excluindo a cláusula e será republicado**.

Ademais, friso que o Município de Cataguases se mostra compatível com os princípios da legalidade, eficiência, planejamento e supremacia do interesse público, razão pela qual deve ser mantida a validade dos demais atos ao texto Editalício relacionados. A Administração Pública Municipal agiu de forma legítima, com base nos estudos técnicos e critérios objetivos, dentro do espaço de decisão que a lei lhe confere.

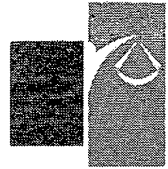
Portanto, não havendo elementos que venham, justificar a anulação do certame como um todo ou qualquer mácula sobre o Edital do Processo Licitatório em questionamento, especialmente do respeito aos princípios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade.

No mais, cumpre ressaltar que o presente parecer é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não, sendo prestado sob o prisma estritamente jurídico, não competindo a essa assessoria jurídica adentrar no mérito da conveniência e oportunidade dos atos praticados pela gestão pública. (grifo nosso)

IV - CONCLUSÃO

Em face do exposto, e com base na autotutela administrativa e nos princípios da legalidade, da isonomia e da busca pela proposta mais vantajosa, manifesta-se juridicamente viável e recomendável a RETIFICAÇÃO e republicação do Edital, estando válido o prosseguimento do processo, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste.





Consequente, essa Procuradora opina-se pela possibilidade jurídica do prosseguimento do presente processo de abertura do Processo Licitatório nº 080/2025, uma vez que se encontram preenchidos os requisitos necessários para sua implementação.

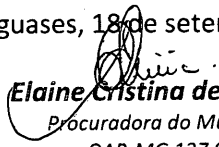
Tais medidas se impõem para prevenir prejuízos ao interesse público, garantindo a legalidade, a competitividade e a economicidade da futura contratação, assegurando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, além de evitar impugnações judiciais ou administrativas mais gravosas e potenciais responsabilizações dos agentes públicos envolvidos.

Por fim, sublinhe-se que a presente apreciação tomou por base os documentos constantes no Memorando nº 800/2025, sendo objeto de apreciação pelo setor competente.

À consideração superior.

É o Parecer, *s.m.j.*

Cataguases, 18 de setembro de 2025.


Elaine Cristina de Oliveira
Procuradora do Município
OAB-MG 137.994